

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O RACISMO DE HUME

SOME REMARKS ON HUME'S RACISM

Marcos Balieiro¹

Universidade Federal do Sergipe

marcos.balieiro@gmail.com

RESUMO: Em nota de rodapé acrescentada, a partir de 1753, ao ensaio “Of National Characters”, Hume faz considerações inegavelmente racistas, segundo as quais povos não-brancos seriam naturalmente inferiores aos brancos. A última edição dessa nota seria revisada de modo a tratar como inferiores somente os negros. Neste artigo, propõe-se uma avaliação do racismo de Hume que leve em conta o contexto em que essas afirmações se inserem, mostrando que não é possível tomar as posições do filósofo escocês como simples resultado de seu tempo. Em seguida, realizam-se algumas considerações sobre o impacto filosófico da “nota de rodapé infame” no pensamento do próprio Hume e, também, no que diz respeito a autores influenciados por ele.

Palavras-chave: Hume; Racismo; Raça; Negros; Iluminismo escocês.

ABSTRACT: In a footnote added in 1753 to his essay “Of National Characters”, Hume makes undeniably racist statements, according to which non-white people are naturally inferior to whites. The last edition of the footnote was revised, so as to treat only black people as inferior. In this paper, we present an assessment of Hume’s racism that brings its context into consideration, therefore showing that it is not possible to take the philosopher’s positions on race as a mere result of their time. Then, we make some considerations on the philosophical impact of the “infamous footnote”, both on Hume’s own thought and on authors influenced by him.

Keywords: Hume; Racism; Race; Black People; Scottish Enlightenment.

¹ Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Entre 1753 e 1754, foram publicados os *Essays and Treatises on Several Subjects*, de David Hume. Entre os vários ensaios presentes nessa coleção, estava incluído “Of National Characters”, publicado originalmente em 1748, como parte de *Three Essays, Moral and Political*. A edição de 1753 desse texto trouxe uma adição que, ainda hoje, causa grande incômodo, a saber, aquela que os estudiosos do pensamento humano viriam a chamar de *infamous footnote*. A passagem, que pode ser considerada o ponto de partida para boa parte das discussões sobre o racismo do autor², é longa, mas, dados os elementos que serão analisados a seguir, merece ser citada na íntegra:

Estou pronto a suspeitar que os negros, e, em geral, todas as outras espécies de homens (pois há quatro ou cinco tipos diferentes), são naturalmente inferiores [*inferior*] aos brancos. Nunca houve uma nação civilizada de qualquer compleição que não a branca, nem mesmo qualquer indivíduo eminentíssimo, fosse na ação ou na especulação. Nenhuma manufatura engenhosa entre eles, nem artes, nem ciências. Por outro lado, os mais rudes e bárbaros dos brancos, como os antigos germânicos ou os atuais tártaros, têm, ainda, algo de eminentíssimo em seu valor, sua forma de governo ou outro particular. Uma diferença tão uniforme e tão constante não poderia acontecer, em tantos países e épocas, se a natureza não tivesse estabelecido uma diferença original entre essas crias de homens. Para não mencionar nossas colônias, há escravos negros dispersos por toda a Europa, nenhum dos quais já revelou quaisquer sintomas de engenhosidade, ainda que pessoas vis [*low*], sem educação, terminem, entre nós, por se distinguir em todas as profissões. Na Jamaica, de fato, fala-se de um negro como sendo provido de talentos e erudição, mas é provável que ele seja admirado por realizações muito exíguas, como um papagaio que fala algumas palavras corretamente³. (HUME, 1985, p. 629-30)

A referência a “diferentes espécies de homens”, havendo “quatro ou cinco tipos diferentes”, merece atenção. Como se sabe, havia duas principais maneiras, à época, de conceber a diferença entre brancos e não-brancos. Uma delas, que posteriormente veio a ser chamada de monogenismo, considerava que todos os seres humanos teriam uma origem comum, geralmente atribuída a Adão, mas haveria populações que, por diversas razões, se teriam degenerado, tornando-se inferiores. Alguns adeptos dessa concepção, como Grégoire, Blumenbach e Prichard, “queriam melhorar a situação daqueles que haviam, naturalmente ou forçadamente, sido submetidos à degeneração” (POPKIN, 2010b, p. 89). Os dois últimos, aliás,

² Willis (2016) observa que os estudiosos geralmente concordam que as afirmações de Hume, nessa nota, são racistas, ainda que se possa questionar quão comprometido o filósofo estaria com a teoria da poligênese, quais as relações desse texto com a totalidade da obra humiana e quais as razões que levaram o autor a fazer edições no texto.

³ Todas as citações de passagens em línguas estrangeiras são nossas.

teriam sido influenciados diretamente por Buffon, sobre quem Popkin afirma, de maneira algo sarcástica, que teria defendido que a degeneração dos negros poderia ser resolvida “mudando todos para o cinturão entre Paris e as montanhas do Cáucaso, alimentando-os com comida francesa e dando-lhes uma educação e um modo de vida europeus” (POPKIN, 2010b, p. 87). Interessados na epistemologia de Hume considerarão curiosa a observação de que Buffon considera os lapões uma raça bizarra, de feições e costumes selvagens, que “parece ter degenerado da espécie humana”⁴ (BUFFON, 1834, p. 173).

Blumenbach, visto como um grande precursor da antropologia, também oferece um exemplo curioso. Em sua classificação, estabelece a divisão do homem em diversas raças. A caucasiana⁵ (que, mais uma vez, excluiria os lapões) teria em suas fileiras, “de acordo com a concepção europeia de beleza de rosto e de formato do crânio, os mais belos dos homens”. Os negros, por sua vez, são tratados de maneira tal que procura mostrá-los como capazes de conquistas semelhantes às que o autor atribui aos brancos, mas, ao final da seção em que trata especificamente desse ponto, vê-se a observação de que as condições concretas não seriam de igualdade, e os negros teriam apenas “aderido, de maneira tão próxima, às nações mais civilizadas da terra” (BLUMENBACH, 1806, p. 312 – itálico nosso). Brancos, portanto, são vistos como o pináculo da civilização, enquanto os negros, ainda que sejam suficientemente perfectíveis, são apresentados como carentes das condições que poderiam salvar a raça da degeneração a que foi submetida.

Outra concepção dos motivos pelos quais os negros seriam inferiores aos brancos, oposta à já mencionada, foi aquela segundo a qual haveria diferentes ancestrais originários para diferentes raças. Para boa parte dos que escreveram sobre o assunto ainda na modernidade, isso se traduziria em termos tais que Adão teria sido criado por Deus e seria uma espécie de antepassado da Europa branca, mas outras raças teriam ancestrais distintos, de modo que haveria algo como espécies cujas origens seriam até mesmo pré-adâmicas. Desse modo, seria impossível que os negros pudessem remediar qualquer suposta inferioridade, uma vez que constituiriam um tipo de criatura, por assim dizer, essencialmente distinto daquele integrado

⁴ Como se sabe, na Seção 2 de *Uma Investigação sobre o Entendimento Humano* (HUME, 1999, p. 98), Hume usa lapões e negros como exemplos de pessoas que não teriam a ideia do sabor do vinho. Isoladamente, essa referência parece apenas um exemplo casual sobre ideias como cópias de impressões. Entretanto quando atentamos para as observações de Buffon e Blumenbach, bem como para o fato de (como se verá a seguir) Hume colocar povos do extremo norte e dos trópicos como exemplos que impossibilitariam uma ciência segura dos caracteres nacionais, parece que, apesar de não haver implicações teóricas racistas nessa passagem da *Investigação*, o exemplo certamente foi escolhido com base em um *background* racista.

⁵ O uso de “caucasiana”, por parte de Blumenbach, para se referir a uma raça parece ter contribuído para popularizar esse uso do termo.

pelos brancos. Segundo Popkin (2010b), esse tipo de posicionamento já teria sido defendido no século XVI por Paracelso e Giordano Bruno, mas teria tido sua formulação mais sistemática no século seguinte, com a publicação de *Prae-Adamitae*, por La Peyrère. Popkin afirma, ainda, que essa maneira de lidar com a distinção entre raças, mais radical que a anterior, teria lançado as bases para o chamado racismo científico do século XIX, e viria a ser chamada de poligenismo.

No que diz respeito a Lineu, comumente tido como grande precursor da biologia, a situação quanto a esse debate pode ser difícil de determinar. É verdade que em seu *Critica Botanica*, publicado em 1737, vê-se a consideração de que seria uma frivolidade afirmar que diferenças de compleição implicam a existência de diferentes *espécies* de homens (LINEU, 1737). Ainda assim, posteriormente, na décima edição de *Systema Naturae*, publicada em 1758, o autor fez acréscimos importantes à sua classificação das raças humanas, atribuindo a cada uma características bem definidas. Uma dessas características diria respeito ao *temperamento*. Como se sabe, a medicina antiga atribui o temperamento, primariamente, a fatores que estão relacionados à constituição original dos corpos⁶. Torna-se mais difícil, portanto, determinar se, de acordo com Lineu, a agudeza gentil e a inventividade dos europeus são traços que, como o fato de terem temperamento sanguíneo, decorrem de sua constituição natural. A mesma dificuldade, é claro, se aplica à consideração de que os africanos, além de serem indolentes e negligentes, possuem temperamento fleumático⁷.

Essas considerações sobre o debate acerca de raças à época de Hume importam, aqui, para que se coloque em perspectiva as afirmações encontradas em sua “nota de rodapé infame”. Observe-se, em primeiro lugar, que é difícil determinar a qual classificação, especificamente, Hume se refere ao falar em “quatro ou cinco tipos diferentes de homens”. A classificação de Blumenbach, que divide a humanidade em cinco raças, seria publicada apenas em *Beytrage zur Naturgesichte*, de 1779, portanto, após a morte do pensador escocês. No que diz respeito a Lineu, por outro lado, a situação é diferente. Willis (2016, p. 216) afirma que Hume “pode ter

⁶ Ver, a esse respeito, Galeno (2020), para quem os temperamentos podem ser contrabalançados pela dieta e pelo modo de vida, mas têm, entre seus determinantes mais básicos, que contribuem para certas predisposições como que inatas, a própria maneira como o corpo se constitui.

⁷ Talvez seja o caso, portanto, de mitigar a afirmação, por parte de Popkin (2010 a), de que Lineu sugere que as características de cada raça são determinadas por fatores ambientais.

herdado suas ideias sobre raça de textos como o *Systema Naturae*”, que, a partir de sua segunda edição, publicada em 1738⁸, já trazia “uma tipologia fixa de quatro tipos raciais”⁹.

Seja como for, parece mais importante um outro aspecto: Hume se mostra pronto a declarar que povos não-brancos são *naturalmente* inferiores, e que as vastas diferenças entre as conquistas de diferentes povos não seriam possíveis se não houvesse uma “diferença original” entre os vários tipos de homens. Parece, com afirmações como essas, vincular-se à tradição dos defensores do chamado poligenismo. Isso não quer dizer, evidentemente, que o filósofo considerasse seriamente algo como uma divisão entre povos adâmicos e pré-adâmicos, à maneira que Popkin atribui a um La Peyrière. Ainda assim, não parece haver dúvidas de que ele teria considerado os negros (mais outras três ou quatro raças) como inferiores não por conta de certas influências ambientais, não por conta de qualquer degeneração, mas por certas características originais. Não se trata, aqui, de defender que teorias monogenéticas são “menos racistas” que teorias poligenéticas. Não é difícil imaginar de que maneira cada um desses tipos pode ter sido usado durante séculos não apenas para justificar práticas como a escravidão, mas, também, para categorizar povos não-brancos como inferiores¹⁰. O que está em questão é que, levada a sério, a “nota de rodapé infame” leva a concluir que, de acordo com Hume, os negros certamente poderiam ser considerados uma “espécie” de homens (para empregar o vocabulário de que o autor se vale), mas seriam natural, e irremediavelmente, inferiores, e estariam perpetuamente apartados de qualquer coisa semelhante a “manufatura engenhosa”, “artes” ou “ciências”.

Na edição de 1777 de *Essays and Treatises on Several Subjects*, a “nota de rodapé infame” apareceu com alterações. Sabe-se que essa edição, publicada postumamente, foi cuidadosamente revisada por Hume em seus últimos anos de vida. Nessa nova versão, o início do texto foi alterado para “Estou pronto a suspeitar que os negros sejam naturalmente inferiores

⁸ É importante não perder de vista, porém, que, como lembra Sebastiani (2013), a atribuição detalhada de características a cada raça foi introduzida apenas, como já foi dito, na décima edição.

⁹ Por outro lado, a associação que Willis procura estabelecer entre os diários de Lineu e a consideração de Hume acerca dos lapões na Seção 2 de *Uma Investigação sobre o Entendimento Humano* são mais difíceis de defender. Como já deve ter ficado claro, considerar o povo da Lapônia como essencialmente inferior não era exatamente algo exclusivo da classificação estabelecida pelo sueco. O próprio Willis, aliás, afirma não ter evidências de que Hume teria tido acesso ao diário de Lineu, publicado apenas postumamente.

¹⁰ Garrett (2000, p. 177) observa que “algumas obras monogenistas eram muito mais virulentamente racistas que as de Förster ou Kames”. Sugere, ainda, que, ao tratar de autores do século XVIII, faz mais sentido abandonar as classificações e analisar suas posições referentes a temas raciais caso a caso. De qualquer modo, a distinção adotada neste artigo se pretende muito mais básica, considerando monogenéticas as teorias que remetem a um único ancestral comum e poligenéticas, aquelas que falam em vários ancestrais distintos, como se houvesse diferentes espécies de humanos, em especial no sentido de que a existência de vários ancestrais impediria considerar “diferentes espécies” como igualmente perfectíveis.

aos brancos. Raramente houve qualquer nação civilizada daquela compleição, ou mesmo qualquer indivíduo eminentíssimo, fosse na ação ou na especulação” (HUME, 1985, p. 208). Trata-se de uma mudança importante. Immerwahr (1992) lembra que, nessa versão definitiva, não se faz mais referência a quatro ou cinco espécies de homens, de modo que o único alvo são os negros (não mais *todos* os não-brancos). Além disso, em certo sentido, Hume parece (de maneira, como veremos, enganosa) “suavizar” seus pontos de vista: a afirmação de que “nunca” teria havido nação civilizada ou talentos eminentes entre povos não brancos dá lugar à ideia de que “raramente” essas características teriam ocorrido entre os negros¹¹.

Immerwahr (1992) atribui essas alterações a uma possível resposta de Hume a James Beattie, que incluiu, em *An Essay on the Nature and Immutability of Truth in opposition to Sophistry and Scepticism*, publicado em 1770, críticas bastante incisivas à posição de Hume sobre os não-brancos. Sobre a consideração de que nenhuma das outras “espécies” haveria constituído qualquer civilização, Beattie afirma, por exemplo, que “nenhum homem poderia ter evidências suficientes, exceto a partir de uma familiaridade pessoal com todos os negros que existem, ou já existiram, sobre a face da terra” (BEATTIE, 1805, p. 309). Além disso, destaca a grandeza das civilizações do México e do Peru, e lembra que, entre africanos e ameríndios, haveria muitos excelentes artesãos. Observa, ainda, que negros escravizados, mesmo por vezes em situações completamente desfavoráveis, aprendem muito bem aquilo que é posto a seu alcance, antes de concluir que considerar os negros inferiores porque não se destacam, dada a condição a que estão relegados, “é tão racional quanto supor que qualquer pessoa privada na Europa seja de uma espécie inferior porque não se elevou à condição de realeza” (BEATTIE, 1805, p. 310). Diante dessas considerações, Immerwahr conclui que Hume teria abandonado a referência a *todas* as espécies não brancas porque, com isso, escaparia das críticas de seu rival. Concentrar seu ataque nos negros seria uma forma de explorar uma fraqueza na argumentação de Beattie: com essa estratégia, Hume “impedia seus críticos de utilizar as conquistas óbvias de outros povos não-brancos como contraexemplos” (IMMERWAHR, 1992, pp. 484-5). Além

¹¹ Immerwahr (1992, p. 483) inclui, entre as consequências da alteração promovida por Hume, o abandono da linguagem poligenética, uma vez que não se trata mais de diferença entre diferentes raças, ou diferentes espécies. Talvez tenha cometido, aí, um exagero. Ora, a alusão a diferentes raças ocorre, também, em autores que defendem teorias monogenéticas. Ainda que se atribua peso considerável ao fato de Hume ter abandonado especificamente o termo “espécies”, o caso é que, diferentemente de autores que, a exemplo de Buffon, consideravam que raças poderiam ser “redimidas” caso passassem tempo suficiente em situação “favorável”, o escocês não deixa dúvidas de que considera a inferioridade dos negros como o fruto de suas próprias naturezas, não de um processo degenerativo. Portanto, ainda que não fale em “raças” ou “espécies” baseadas em ancestrais comuns, Hume preserva um ponto relevante que distingue poligenismo e monogenismo.

disso, o comentador lembra uma carta em que, dirigindo-se a seu editor, Hume considera ter respondido a Beattie, a quem se refere como um fanático tolo.

Parece, entretanto, que as considerações de Immerwahr não estão apoiadas em evidências tão fortes quanto ele gostaria. Garrett (2000) lembra que, na carta em questão, Hume menciona Beattie, por quem tinha profundo desprezo, em uma passagem que inclui, também, Thomas Reid, que ele considerava mais digno de ser levado a sério. Além disso, a “resposta completa” a Reid e Beattie, mencionada por Hume na carta, consiste do *Advertisement* em que Hume “rejeita” seu *Tratado da Natureza Humana* por ser um trabalho imaturo, admoestando, em seguida, aqueles que se voltaram contra “aquela obra juvenil, que o autor jamais reconheceu” (HUME, 1999, pp. 83), e incorreram, com isso, em uma prática “contrária a todas as regras do candor e da justeza” (HUME, 1999, p. 83). Desse modo, a preocupação não seria com o texto de “Of National Characters”, mas com debates referentes, especificamente, ao *Tratado*. Esse ponto parece se estabelecer de maneira ainda mais sólida com a observação de que o *Advertisement* seria anexado ao segundo volume da edição vindoura de *Essays and Treatises on Several Subjects*, e “ONC estava no primeiro volume! O segundo volume incluía as *Investigações*, a *Dissertação sobre as Paixões* e a *História Natural da Religião*, todos os quais são, muito mais provavelmente, respostas às críticas de Beattie e de Reid ao *Tratado*” (GARRETT, 2000, p. 174).

Garrett observa, ainda, que as afirmações de Beattie sobre povos não-europeus eram comuns na época, ao contrário de suas considerações específicas sobre os negros. Desse modo, seria improvável “que a resposta de Hume a Beattie, se ele lesse Beattie a sério, fosse mudar suas afirmações sobre não-brancos que não os negros” GARRETT, 2000, p. 175). O texto de “Of National Characters”, como se sabe, mantém teses sobre os negros que permanecem opostas às de Beattie, de modo que não haveria, quanto a isso, nenhuma concessão, mesmo que estratégica, por parte de Hume. Desse modo, pode-se pensar que “havia muitas coisas que poderiam levar Hume a alterar a nota de rodapé: as obras de Adam Smith; a pesquisa de Robertson, então ainda não publicada, sobre as Américas e a Índia; a de Voltaire, sobre a China [...] ou mesmo a de Monboddo sobre os orangotangos” (GARRETT, 2000, p. 175).

Seja como for, Immerwahr acerta ao considerar que, na versão da “nota de rodapé infame” publicada em 1777, os negros parecem ser o único alvo. Além disso, não é possível defender que se trata de algo que o autor teria mencionado apenas de passagem. Essa, é verdade, foi a posição dominante por muito tempo, tendo sido assumida por comentadores importantes,

como Popkin (2010a)¹². Immerwahr (1992) observa que isso provavelmente se deve a um equívoco de Green e Grose, editores da edição dos ensaios que, por muito tempo, foi, por assim dizer, canônica, e trazia a primeira versão da nota como se fosse definitiva. O equívoco só viria a se dissipar com a edição de Miller, publicada em 1985, que traz a alteração relevante mencionada acima. Garrett (2000) deixa claro, ainda, que alterações menores foram realizadas nas edições publicadas em 1768 e em 1770¹³. Com isso, torna-se bastante evidente que Hume não pretendeu, nas revisões que realizou, abrir mão de suas posições sobre o tema, de modo que sua opinião sobre os negros permaneceu, basicamente, a mesma.

II

Mesmo que as críticas de Beattie não tenham sido o estopim para as alterações presentes na última versão de “Of National Characters”, deixam claro que havia, no período, autores dispostos a assumir um posicionamento bastante distinto no que diz respeito ao tema¹⁴. Esse é um ponto que fica particularmente claro quando atentamos para as posições de Hume acerca da escravidão. É verdade que, em “Of the Populousness of the Ancient Nations”, Hume trata de condenar essa prática, tanto entre os antigos quanto em seu próprio tempo. Ainda assim, é importante prestar atenção aos termos em que ele o faz. Ao falar sobre a escravidão nas colônias americanas, o autor o faz da seguinte maneira:

O que resta da escravidão doméstica, nas colônias americanas e entre algumas nações europeias, certamente jamais criaria um desejo de torná-la mais universal. A pouca humanidade que comumente se observa em pessoas acostumadas, desde a infância, a exercer autoridade tão grande sobre seus semelhantes, e a pisotear a natureza humana, bastaram para nos enojar no que toca a esse domínio ilimitado. (HUME, 1985, pp. 383-4)

Em seguida, Hume atribui a prática da escravidão a “maneiras bárbaras de tempos antigos”, pelas quais todos que ocupavam posição superior se tornavam tiranos. Essa passagem fez com que alguns estudiosos elencassem Hume entre os autores da Escócia dezoitista que

¹² É importante observar que o ensaio Hume’s Racism, em que Popkin adere à tese de que a nota de rodapé em questão seria algo acrescentado apenas de passagem, foi publicado, originalmente, em 1973. A data no corpo do texto é a da edição de *The High Road to Pyrrhonism* utilizada como referência neste texto. A obra é uma coletânea de artigos de Popkin publicados ao longo de décadas.

¹³ A maioria das alterações assinaladas por Garrett (2000, p. 172) é de cunho ortográfico. Apenas uma, que substitui o “muito exíguas” da frase final da nota por apenas “exíguas”, poderia introduzir alguma (pequena) mudança de significado, mas, no geral, o sentido do texto se mantém.

¹⁴ É importante lembrar, a esse respeito, que Beattie participou da Aberdeen Philosophical Society, fundada em 1758. A sociedade, da qual Thomas Reid também fez parte, era amplamente favorável ao abolicionismo.

seriam antiescravagistas. Segundo Robert Palter, por exemplo, ela basta para concluir que, no que diz respeito ao pensador escocês, “podemos assumir seguramente que nenhum tipo de comportamento pode ser moralmente pior que aquilo que pisoteia a natureza humana (dos escravos)” (1995, p. 8). Quanto à referência aos efeitos da escravidão sobre os que a exercem, seria uma tentativa de adequar a retórica do texto aos preconceitos dos leitores. Sebastiani, por sua vez, lembra que, além dos aspectos humanitários, Hume invocou, também, aqueles de cunho econômico, e afirmou, nos momentos iniciais de “Of the Populousness of Ancient Nations”, que “graças à abolição da escravatura, a liberdade havia se desenvolvido por toda a Europa em maior extensão do que havia ocorrido mesmo nos períodos mais prolíficos da antiguidade” (SEBASTIANI, 2013, p. 40).

É importante colocar essas considerações em perspectiva. Uma primeira observação é que elas não colaboram para enfraquecer as observações de Hume acerca dos negros. Seria possível defender, por exemplo, que o embrutecimento dos senhores de escravos se deveria a um “erro” que os faria ver criaturas fundamentalmente inferiores como se fossem iguais e, nesse caso, as consequências do “equívoco” poderiam ser desejáveis, mas ele seria, ainda, um equívoco. Além disso, o fato de uma prática ser danosa no que diz respeito à economia ou aos costumes de um povo não diz muito sobre eventuais diferenças naturais que ele teria com relação a outras populações. Desse modo, parece pertinente a comparação que Willis (2016) estabelece entre autores como Hume e Millar, que teriam criticado a escravidão em termos excessivamente mornos, levando em conta principalmente seus impactos socioeconômicos, e a maneira mais apaixonada como Beattie e Ramsay defenderam a humanidade dos negros. Tanto Beattie quanto Ramsay, aliás, teriam criticado “publicamente a escrita de Hume, tanto por seu racismo quanto pelo que viam como um apoio indireto à escravidão” (WILLIS, 2016, p. 222). Vale lembrar, também, que, segundo Watkins (2013), ainda que crítico à escravidão “em geral”, o ensaio sobre a populosidade das nações antigas “não deve ser lido como um texto abolicionista, cujo objetivo de retardar o progresso do comércio de escravos poderia, de algum modo, compensar as opiniões nojentas [de Hume] sobre outras raças” (WATKINS, 2013, p. 118).

III

Não restam dúvidas, portanto, quanto ao teor racista da “nota de rodapé infame”. Além disso, uma vez que ela não foi algo como um *afterthought*, mas um texto que Hume se esmerou

em revisar e polir ao longo dos anos, não é descabido pensar que ele a teria considerado importante. É o caso, portanto, de fazer algumas observações sobre o impacto que ela poderia ter no próprio ensaio “Of National Characters” e, quem sabe, sobre aspectos mais gerais do pensamento de Hume. Para isso, uma boa porta de entrada talvez seja ler a nota no contexto em que ela está inserida. O ensaio em questão foi concebido como uma defesa da tese segundo a qual caracteres nacionais seriam determinados por causas morais, entendidas como “todas as circunstâncias adequadas para atuar sobre a mente como motivos ou razões, e que tornam um conjunto particular de maneiras habitual para nós” (HUME, 1985, p. 198). Hume pretende, portanto, atacar a tese de que caracteres nacionais seriam determinados por causas físicas, particularmente “o ar e o clima, que se supõe que ajam insensivelmente sobre o temperamento, alterando o tom e o hábito do corpo” (HUME, 1985, p. 198). O contraste com as teses defendidas por Montesquieu, defensor das “causas físicas”, é evidente, e sabe-se que, após a publicação de *Do Espírito das Leis*, os dois autores teriam estabelecido uma longa e profícua correspondência¹⁵.

A “nota de rodapé infame” ocorre ao final de nove observações realizadas por Hume para comprovar sua tese, todas passíveis de serem constatadas, segundo ele, por quem quer que “percorra o globo, ou revire os anais da história” (HUME, 1985, p. 204). Ao longo delas, Hume apresenta afirmações como a de que países pequenos, mas contíguos, costumam ter caracteres diferentes; o fato de as “fronteiras” em que se encontra um determinado caráter coincidirem com aquelas em que se observa a atuação de um mesmo governo; a tendência, por parte de um mesmo grupo de homens, a manter a semelhança de maneiras mesmo quando está espalhado pelo mundo¹⁶, entre outras considerações. A última das nove observações é dedicada a mostrar

¹⁵ Chamley (1975) e Palter (1995) defendem que, ainda que “Of National Characters” tenha sido publicado antes de *Do Espírito das Leis*, Hume teria concebido seu ensaio como uma resposta às teses de Montesquieu, que já eram conhecidas em Turim na época em que Hume viajou para lá. Garrett, por sua vez, observa que é mais provável que os dois autores tenham adotado essa distinção por terem tido acesso à mesma fonte, “Jean Baptiste Mariette, abade Dubos, um escritor de estética que, atualmente, está amplamente esquecido, mas foi amplamente lido ao longo do século XVIII. Em *Réflexions critiques sur la poésie et la peinture* (1719), Dubos defendeu que o gênio artístico de diferentes nações se devia, em grande parte, ao ar e ao clima, e que ‘les causes morales’ eram menos importantes que ‘les causes physiques’” (2016, pp. 249-50), oferecendo, com isso, uma explicação mais simples. Observe-se, ainda, que uma primeira versão do argumento defendido por Hume já aparece no *Tratado da Natureza Humana*, o que talvez favoreça a interpretação de Garrett: “[...] A esse princípio devemos atribuir a grande uniformidade que podemos observar nos humores e nas tendências de pensamentos daqueles que pertencem a uma mesma nação, e é muito mais provável que essa semelhança surja por conta da simpatia do que por qualquer influência do solo e do clima, que, ainda que continuem invariavelmente os mesmos, não são capazes de fazer com que o caráter de uma nação se mantenha o mesmo por um século que seja” (HUME, 2007, p. 207).

¹⁶ Um dos exemplos de Hume nessa observação em particular (a quarta) diz respeito aos judeus na Europa. Isso é importante porque Popkin (2010a) apresenta, como exemplo do racismo de Hume, sua posição acerca dos judeus, no que é criticado por Palter (1995). Não é o caso, aqui, de tomar parte nesse debate, mas é importante observar que, no mínimo, Hume deixa claro que os judeus são determinados por “causas morais” de maneira que é

que os ingleses são notáveis por não terem um caráter determinado, e justificar esse fenômeno a partir da forma de governo da Inglaterra, que seria “uma mistura de monarquia, aristocracia e democracia”. Em seguida a essa observação, o filósofo afirma que haveria razões para pensar que

[...] todas as nações que vivem além dos círculos polares, ou entre os trópicos, são inferiores ao resto da espécie, e são incapazes de todas as conquistas mais elevadas da mente humana. A pobreza e a miséria dos habitantes do norte do globo, e a indolência dos habitantes do sul, por conta das poucas necessidades destes, talvez possam explicar essa diferença notável sem que recorramos a causas *físicas*. É certo, entretanto, que os caracteres das nações são muito indiscriminados em climas temperados, e que quase todas as observações gerais que sejam formadas com relação aos povos mais nortenhos ou sulistas nesses climas se mostrarão incertas e falaciosas¹⁷. (HUME, 1985, p. 207).

Em seguida a essa passagem, está inserida a “nota de rodapé infame”. Desse modo, considerando-se a versão “definitiva” do texto de Hume, os lapões e os ameríndios, por exemplo, poderiam ter caracteres impossíveis de determinar, mas isso seria explicável recorrendo-se a causas morais. Os negros, por sua vez, seriam “naturalmente inferiores” aos brancos, simples assim.

Palter (1995) observa que a nota está vinculada a uma passagem em que Hume pretende defender que os caracteres de povos que vivem ao sul são desprovidos de ordem, confusos. Seria a esse ponto, portanto, que “Hume anexaria uma nota, com o objetivo de fornecer evidência ainda maior de que o clima não produz diferenças morais” (PALTER, 1995, p. 6). Desse modo, atribuir aos negros uma inferioridade natural não teria sido uma expressão de racismo, apenas o resultado de uma preocupação completamente teórica de não fazer concessões à influência das “causas físicas”. Garrett (2016, p. 164) se coloca de acordo, mas vê nas considerações de Palter uma tentativa de “desculpar” Hume, observando quão “espinhosa” é a discussão sobre as possibilidades de se perdoar preconceitos como esses, ainda que eles surjam por motivos teóricos. Seja como for, a situação parece bastante complicada: ao afirmar que os negros são *naturalmente* inferiores, e ao afirmar que é por conta de diferenças naturais que observações acerca deles são “incertas e falaciosas”, pode-se deduzir que Hume considera

observada sem maiores problemas no curso do texto, o que não parece ocorrer no caso dos negros. No que diz respeito a “Of National Characters”, os dois casos são, portanto, diferentes.

¹⁷ É notável a semelhança entre essa passagem e o parágrafo final de “Of Commerce” (em que, talvez por não estar preocupado explicitamente com a defesa de “causas morais”, Hume fala em “calor” e “igualdade do clima na zona tórrida” como causas que, reduzindo as necessidades, reduziriam, também a necessidade de engenho). Isso reforça a ideia de que Hume estaria comprometido com explicar diferenças entre povos a partir de fatores que não teriam a ver especificamente com raças, o que, por contraste, torna suas considerações acerca dos negros ainda mais chocantes.

que eles não estariam incluídos em ao menos partes do que, desde o *Tratado*, vinha sendo chamado de “ciência da natureza humana”. Isso talvez não baste para afirmar que negros não seriam vistos pelo filósofo como homens, mas certamente leva a considerar que, *no mínimo*, estão relegados à posição de um outro que, por conta de diferenças enormes, que são apresentadas como irremediáveis (posto que naturais), não pode nem mesmo ser conhecido no que diz respeito a seu caráter comum¹⁸.

IV

Resta considerar, agora, que juízo fazer de Hume, uma vez estabelecido que seu racismo, ainda que não decorra necessariamente dos princípios teóricos estabelecidos em sua obra, talvez tenha algum impacto sobre a maneira como o autor considera que devem ser empreendidos estudos sobre povos e, em alguma medida, que tipos de pessoas poderiam ser incluídas em estudos da natureza humana. Popkin, por exemplo, parece ter considerado que Hume se mostrou “uma porcaria de cientista empírico” (1992, p. 72): a referência a relatos de um negro talentoso na Jamaica, afinal, deixa claro que o filósofo tinha conhecimento da história de Francis Williams, poeta jamaicano cuja história foi amplamente discutida e que, depois de passar um período na Europa, retornou a seu país natal, onde abriu uma escola. Desse modo, segundo Popkin, Hume estaria pronto a desconsiderar dados que não sustentassem suas teses, o que o tornaria, além de tudo, desonesto. Garrett, por sua vez, é mais generoso, e, ainda que também reconheça no racismo da “nota de rodapé infame” um caso em que se descartou sem cerimônia os experimentos que não confirmavam a tese desejada, trata o caso todo como evidência de que até mesmo os mais brilhantes de nós podem ter que justificar grandes equívocos, e observa que o texto racista não deve diminuir o brilho de Hume (GARRETT, 2016, p. 265-6).

¹⁸ Eze (2000) defende que, se os negros são considerados por Hume como naturalmente incapazes de artes ou ciências, isso implica que seriam incapazes de estabelecer relações filosóficas e raciocinar mediante comparação de ideias, nos termos em que esses tópicos são discutidos no *Tratado da Natureza Humana*. Entretanto, ele o faz mediante uma comparação bastante apressada de poucas passagens selecionadas do *Tratado* e o conteúdo da “nota de rodapé infame”, sem discutir, ainda, eventuais implicações que poderiam decorrer da mudança do registro do *Tratado* para o de *Uma Investigação sobre o Entendimento Humano*. Não se trata, aqui, de recusar a conclusão de Eze, segundo a qual Hume teria considerado os negros um tipo naturalmente inferior de homem, apenas de observar que a maneira pela qual ele estabelece esse ponto exigiria uma construção mais robusta. Ademais, o texto de “Of National Characters” já é suficientemente explícito no que diz respeito à inferioridade natural que Hume atribui aos negros.

É possível, observando a maior parte dos escritos de Hume, que Popkin tenha se exaltado em sua condenação. Por outro lado, considerações como a de Garrett parecem muito pouco. Isso não apenas porque as posições adotadas pelo filósofo escocês acerca dos negros eram inaceitáveis, ou porque já em seu tempo não eram, diferentemente do que se poderia pensar de início, uma posição hegemônica, como se espera que esteja evidente (alguns diriam que Hume escolheu estar do lado errado da história nesse ponto). Quando um filósofo desse calibre faz observações inequivocamente deletérias, elas têm consequências. É difícil, evidentemente, determinar o real impacto da nota em questão para as discussões raciais do século XVIII e dos seguintes. Popkin (2010a) e Immerwahr (1992) atribuem a Hume o papel de grande influenciador do racismo científico. Palter (1995) conta onze citações diretas à “nota de rodapé infame” ainda no século XVIII, “com seis atacando e cinco apoioando sua opinião sobre os negros” (PALTER, 1995, p. 9). De qualquer modo, diferentemente do que se vê nos diversos textos de Popkin sobre o tema (1992, 2010a, 2010b), Palter não discute eventuais desdobramentos posteriores do impacto de Hume sobre o chamado racismo científico que se desenvolveria no século seguinte. De qualquer modo, não se pode negar a influência das palavras de Hume em autores reconhecidos seja por conta de sua relevância para a filosofia, como Immanuel Kant¹⁹, seja por terem colaborado extensamente para o tratamento detestavelmente injusto das populações negras, como Edward Long²⁰.

Finalmente, é importante não perder de vista, também, que Hume, como alguns outros iluministas escoceses, é visto como um grande precursor do que viriam a ser as ciências humanas. Se é assim, vale a pena atentar aos impactos de seu racismo não apenas por conta das contribuições mais conhecidas do autor para a história da filosofia, mas também como um

¹⁹ “O Sr. Hume desafia qualquer um a citar um único exemplo em que um negro mostrou talentos, e assere que, entre as centenas de milhares de negros que foram transportados de seus países para outros lugares, ainda que muitos possam ter sido libertos, ainda assim não se encontrou nenhum que apresentasse qualquer coisa de grandioso nas artes ou nas ciências, ou qualquer outra qualidade louvável, ainda que entre os brancos alguns continuamente consigam ascender [...]” (KANT, 1999, pp. 58-9). Kant, ao que parece, tem em mente a primeira versão da nota de rodapé escrita por Hume, já que fala em não haver “um único exemplo” de negro talentoso e em não ter havido “nenhum que apresentasse” realizações grandiosas.

²⁰ “Os exemplos que foram dados, de negros nascidos e treinados em outros climas, não enfraquecem a ideia de um intelecto estreito e humilde que atribuímos aos habitantes da Guiné. Vemos na Inglaterra cavalos adestrados, cães adestrados, e até mesmo falantes, os quais, por meio de muitas dores e instruções, foram levados a exibir sinais de uma capacidade que muito excede aquela que tais animais exibem normalmente. O experimento ainda não foi tentado completamente em orangotangos; ainda assim, pelo que já foi provado, essa raça de seres pode, mesmo com o que sabemos em contrário, possuir uma fração de intelecto que, pelo cultivo adequado, poderia elevá-los à aparente igualdade com os humanos, e fazer com que superassem os habitantes de Quaqua, Angola ou Whidah. O Sr. Hume presume poder concluir, a partir de suas observações sobre os nativos africanos, que estes são inferiores ao resto da espécie, e completamente incapazes das realizações mais elevadas da mente humana” (LONG, 1774, p. 376).

lembrete de que várias disciplinas que nos são tão caras talvez já tenham nascido enviesadas. Caso seja assim, Hume não é o único culpado por isso, mas tem, sem a menor dúvida, sua parcela de responsabilidade²¹.

Referências bibliográficas

- BEATTIE, James. *An Essay on the Nature and Immutability of Truth in opposition to Sophistry and Scepticism*. Edimburgo: Denham and Dick, 1805.
- BLUMENBACH, Joh. Fr. *Beytrage zur Naturgeschichte*. Gotinga: Heinrich Dieterich, 1806.
- BUFFON, Georges-Louis Leclerc, Comte de. *Histoire Naturelle de L'Homme et de La Femme*. Paris: Armand-Aubrée, 1834.
- CHAMLEY, P. E. “The Conflict between Montesquieu and Hume: A Study of the Origins of Adam Smith’s Universalism”. In SKINNER, Andrew S., e WILSON, Thomas (orgs.). *Essays on Adam Smith*. Oxford: Clarendon Press, 1975, pp. 274-305.
- EZE, Emmanuel C. “Hume, Race, and Human Nature”. *Journal of the History of Ideas*, volume 61, n. 4, pp. 691-98, 2000.
- GALENO. *Os Temperamentos*. São Paulo: Auster, 2020.
- GARRETT, Aaron. “Hume’s ‘Original Difference’: Race, National Character and the Human Sciences”. In HAAKONSEN, Knud, e WHATMORE, Richard (orgs.). *David Hume*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2016, pp. 241-66.
- _____. “Humes Revised Racism Revisited”. *Hume Studies*, volume XXVI, n. 1, pp. 171-177, 2000.
- HUME, David. *An Enquiry concerning Human Understanding*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- _____. *Essays Moral, Political and Literary*. Indianapolis: Liberty Fund, 1985.
- _____. *The Letters of David Hume – Volume II*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- _____. *A Treatise of Human Nature – Volume I*. Oxford: Clarendon Press, 2007.

²¹ Este artigo se beneficiou imensamente de sugestões feitas por alguns colegas. Alana Boa Morte Café fez comentários à primeira versão deste texto que se mostraram muito valiosos, além de chamar a atenção para a passagem do *Tratado* citada na nota 77, acima. Vinícius França Freitas lembrou, em reunião do Grupo Hume na qual este texto foi discutido, a participação de Beattie e Reid na Aberdeen Philosophical Society, mencionada na nota 76. Mariana Dias Pinheiro Santos lembrou, por sua vez, as semelhanças entre a passagem em que Hume insere sua “nota de rodapé infame” e o parágrafo final de “Of Commerce”, a que se faz referência na nota 79. A todos eles, muito obrigado!

- IMMERWAHR, John. "Hume's Revised Racism". *Journal of the History of Ideas*, volume 53, n. 3, pp. 481-86, 1992.
- KANT, Immanuel. *Observations on the Feeling of the Beautiful and Sublime and Other Writings*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- LINEU, Carlos. *Critica Botanica*. Leiden: Conradus Wishoff, 1737,
- _____. *Systema Naturae* (10a. Edição). Estocolmo: Laurentii Salvii, 1758.
- LONG, Edward. *The History of Jamaica – Volume II*. Londres: T. Lowndes, 1774.
- PALTER, Robert. "Hume and Prejudice". *Hume Studies*, volume XXI, n. 1, pp. 3-24, 1995.
- POPKIN, Richard H. "Hume's Racism". In *The High Road to Pyrrhonism*. San Diego: Austin Hill Press, pp. 251-67, 2010a.
- _____. "Hume's Racism Reconsidered. In POPKIN, Richard H. *The Third Force In Seventeenth Century Thought*. Leiden, Nova Iorque, Copenhague, Colônia: E. J. Brill, 1992.
- _____. "The Philosophical Bases of Modern Racism". In *The High Road to Pyrrhonism*. San Diego: Austin Hill Press, pp. 79-102, 2010b.
- SEBASTIANI, Silvia. *The Scottish Enlightenment: Race, Gender, and the Limits of Progress*. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2013.
- WATKINS, Margaret. "A Cruel but Ancient Subjugation? Understanding Hume's Attack on Slavery". *Hume Studies*, volume 39, n. 1, pp. 103-21, 2013.
- WILLIS, Andre C. "The Impact of David Hume's Thoughts about Race for his Stance on Slavery and His Concept of Religion". *Hume Studies*, volume 42, n. 1-2, pp. 213-39, 2016.